

DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR : A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO RURAL

Rural development and family farming: the importance of rural credit in public policies

Larissa Yanka Batista Marajó¹
Cristóvão Gomes Plácido Júnior²

Resumo: Neste relato de experiência apresentamos os resultados do projeto de extensão realizado na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. O projeto de extensão foi desenvolvido e executado por docentes e discentes do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Manaus Zona Leste. O projeto teve como parceiros a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Dentro do projeto, as atividades foram realizadas diretamente na comunidade e tiveram como métodos de extensão a capacitação dos agricultores familiares através de minicursos e reuniões onde, foram abordados assuntos sobre políticas públicas e linhas de crédito voltadas para a produção agroecológica e fortalecimento da agricultura familiar. O projeto foi desenvolvido através da percepção da ausência de informações relacionadas as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares da comunidade durante uma reunião com a associação de moradores da comunidade e da troca de experiência com os mesmos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas Públicas. Crédito Rural.

Abstract: In this experience report, we present the results of an extension project carried out in Nossa Senhora do Livramento community, located in Tupé Sustainable Development Reserve. The extension project was developed and executed by professors and students Technology Course in Agroecology at Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas - Zona Leste Campus. The project had as partners the Environment and Sustainability Municipal Office in Manaus – (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus – SEMMAS) and the Sustainable Agricultural and Forestry Development Institute of Amazonas State (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM.). Within the project, the activities were carried out directly

1 Acadêmica do Curso Superior em Agroecologia, Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Zona Leste – IFAM/CMZL. larissa14marajo@gmail.com

2 Doutor em Agronomia Tropical, Docente, Instituto Federal do Amazonas – IFAM/CMZL. cristovao.junior@ifam.edu.br





in the community and had as extension methods the family farmers training through short courses and meetings which subjects were approached about public policies and credit lines geared towards agroecological production and family farming strengthening. The project was developed through the information lack perception related to public policies targeted to family farmers in the community during a meeting with the community residents association and from the experience exchange with them.

Keywords: Family farming. Public Policies. Rural credit.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar está associada a categoria social produtora de alimentos para suprimento de necessidades da unidade familiar e abastecimento do mercado através da venda dos excedentes de produção.

Becker (2009) faz referência ao momento ao qual a Amazônia possibilita o favorecimento de um novo modelo de desenvolvimento, com base na modernização dos setores econômicos tradicionais, evidenciando a sustentabilidade destes, a utilização da biotecnologia na criação de novos produtos e serviços e o fomento para ações e atividades que demonstrem a importância (e possibilidades de remuneração) na manutenção da floresta de pé.

De acordo com Meneghetti e Souza (2016), a agricultura familiar é, em termos numéricos, predominante no Brasil e no Estado do Amazonas, tendo capacidade de gerar renda e trabalho no meio rural, contribuindo significativamente para a diminuição do êxodo rural.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º, é caracterizado como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e atenda os requisitos explicitados na mesma lei.

Em 2006, no Estado do Amazonas, a agricultura familiar ocupava mais de 91% dos estabelecimentos rurais, com predominância de estabelecimentos rurais de pequeno porte. A agricultura familiar desenvolvida no Estado está fortemente relacionada com as condições edafoclimáticas locais e o modo de vida das unidades familiares.

O processo de ocupação do território Amazônico pode ser compreendido pela forma que o Estado brasileiro o conduziu através de suas políticas públicas para a povoação e desenvolvimento, contrastado pelas diversas matizes culturais e pela rica biodiversidade,

onde, de forma amplamente ambígua, têm-se diversos problemas sociais, como a falta de acesso à saúde de base, dificuldade ao acesso à educação, escoamento de produção problemática, falta de comunicação e tantos outros, como avalia Becker (2009).

O Estado do Amazonas possui uma das maiores áreas de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, tanto de proteção integral como de uso sustentável, como é o caso da Reserva de Desenvolvimento do Tupé, criada em 2005, para amenizar os impactos socioeconômicos e exploração dos recursos naturais.

A Política de Crédito é caracterizada por um forte relacionamento entre o empreendedor rural e a instituição provedora do crédito, por meio, principalmente, da ação dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

O microcrédito produtivo é como uma ferramenta de desenvolvimento, articulado a outras políticas públicas com objetivo de manutenção e geração de trabalho e renda para a promoção da inclusão social a partir do financiamento da economia popular e deve conter duas características fundamentais: o diferencial de qualidade com que se concedem os recursos financeiros para empréstimo e o permanente acompanhamento da operação de crédito.

Por sua vez, o acompanhamento do crédito é fundamental para a sanidade da carteira de crédito das Instituições Financeiras. Para tanto, a busca pela redução da assimetria de informações, antes da concessão do crédito, garante a baixa inadimplência dos diversos programas, em especial do Pronaf-Agroecologia.

O PRONAF visa apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas nos normativos vigentes, as quais serão detalhadas durante este projeto.

Um fator que expõe o “não êxito” na aplicação dos recursos destinados aos Sistemas de Produção Orgânicos e Agroecológicos está na falta de informação/conhecimento das Políticas Públicas voltadas a esse seguimento produtivo.

Dessa forma, o Projeto: **Crédito Verde – Política Pública de Crédito voltada à Agroecologia** é necessário, pois com o conhecimento da política de crédito - da importância do Microcrédito Produtivo Orientado, do PRONAF, possibilitará aos produtores rurais da Comunidade Nossa Senhora do Livramento – RDS do Tupé, o acesso às Políticas Públicas voltadas à produção de alimentos mais saudáveis.

METODOLOGIA

Para realização do projeto foi necessário o apoio do Órgão Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. O apoio foi firmado após reuniões com o conselho Gestor da Unidade de Conservação.

Foi realizado contato com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, para parceria no projeto, visto que o órgão é responsável pela assistência técnica e extensão rural do estado.

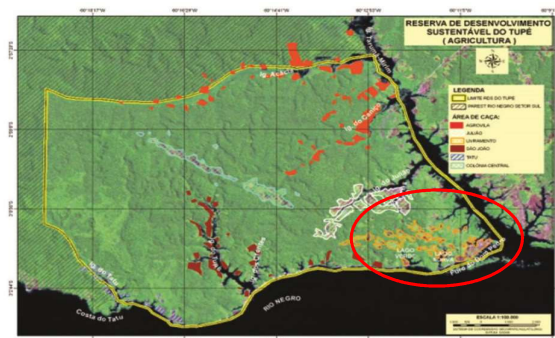
Figura 1: Apresentação do projeto para o Conselho Deliberativo da Reserva.



Fonte: Próprio autor, 2018.

A primeira reunião realizada na comunidade após aprovação do projeto, foi com os membros do conselho deliberativo da Associação de Moradores da Comunidade para apresentação do Projeto de Extensão: Crédito Verde – Política de Crédito voltada à Agroecologia.

Figura 2: Mapa de Localização da Comunidade



Fonte: Terra Consultoria, 2016.

Após o contato inicial com os representantes da Associação de Moradores, foi realizada a convocação dos agricultores familiares da comunidade para apresentação do projeto. Os agricultores familiares residem nos ramais da comunidade, distante do distrito central, onde fica a sede da associação, o que demandou tempo para convocação dos mesmos para participar das reuniões.

Foram realizadas duas reuniões com os agricultores familiares, onde foi explicado os objetivos do projeto e definida a data de realização do minicurso. As reuniões realizadas e conversas de modo informal serviram para conhecer melhor a realidade da comunidade e o modo de vida dos agricultores, criando um vínculo de confiança e parceria entre os realizadores do projeto e a comunidade de maneira geral.

Os agricultores e comunitários foram bastante receptivos aos objetivos do projeto. Nas ocasiões das reuniões, foram apresentadas as condições para participação do minicurso, assim como os agricultores sugeriram alguns temas de relevância como

Código Florestal, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Regularização Fundiária, Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e Cartão de Produtor Primário – CPP para serem abordados no método.

Figura 3: Reunião com agricultores



Fonte: Próprio autor, 2018.

Após definida a data de realização do minicurso, foi iniciado o processo de elaboração de materiais didáticos e expositivos a respeito dos temas abordados, organização e planejamento da atividade, e outros assuntos de relevância, vindos da demanda dos agricultores.

Figura 4: Reunião com agricultores.



Fonte: Próprio autor, 2018.

O minicurso foi realizado no dia 03/11/18, na escola municipal da comunidade, com o objetivo de capacitar os agricultores familiares. Foram ministradas palestras técnicas, abordando temas sobre políticas públicas, código florestal, legislação ambiental, crédito rural, PRONAF agroecologia, cadastro da agricultura familiar, ATER e DAP.

Figura 5: Minicurso para agricultores familiares



Fonte: Próprio autor, 2018.

As palestras foram ministradas pelo Orientador do Projeto, Prof. Dr. Cristóvão Gomes, pela bolsista Larissa Yanka e pelo Gerente Estadual de Produção Vegetal - GPV do IDAM, Pedro Chaves da Silva. Uma das trocas de experiência entre os realizadores do projeto e os agricultores da comunidade se deu no intervalo do minicurso onde todos se reuniram no restaurante da comunidade para almoço coletivo.

Após a conclusão do minicurso, todos os participantes receberam certificado de participação, que teve carga horária de 8h.

Consequentemente à realização do minicurso, foram realizadas visitas técnicas de ATER às propriedades dos agricultores familiares.

Figura 6: Participantes do minicurso



Fonte: Próprio autor, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade N. Sra. do Livramento, apesar da proximidade com Manaus, carece de assistência técnica e informações

pertinentes sobre produção agroecológica e orgânica, além de informações sobre políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e demais moradores da comunidade.

Durante as visitas, reuniões e vivência na comunidade, foi constatado que os agricultores não são assistidos por nenhum órgão ou instituição de Assistência Técnica e Extensão Rural seja federal, estadual ou municipal.

Segundo o Plano de Gestão da Reserva, os roçados a serem implantados na comunidade precisam ser de base agroecológica porém, a grande distância ou a total ausência dos órgãos e instituições de assistência técnica torna esse processo no atual cenário encontrado para os agricultores familiares, sem perspectiva de ocorrer, principalmente quanto às políticas públicas, o que fica ainda mais evidente com a ausência de informações e orientações técnicas sobre como trabalhar e como seriam os roçados agroecológicos com ATER assim como, quais práticas devem ser adotadas e outras informações.

O papel do extensionista rural é de extrema importância para o sucesso das atividades dos agricultores familiares e das propostas de crédito. A bolsista atuou como executora do projeto e extensionista na área agroecológica e produção orgânica. Foi detectado um vasto campo de trabalho, onde podem ser incluídos projetos de pesquisa e extensão que vão além da proposta de crédito rural.

Becker (2009) ressalta a importância de um estudo mais aprofundado deste território que é marcado por diversos conflitos, tanto por questões fundiárias, de preservação ambiental, como pela dificuldade de promoção social.

Inicialmente, o objetivo do projeto era apenas a capacitação dos agricultores sobre políticas públicas de crédito rural,

especialmente o Pronaf Agroecologia, porém, diante da ausência de informações sobre assuntos pertinentes ao crédito importantes para elaboração das propostas e as demandas sugeridas pelos próprios agricultores em várias reuniões, o projeto abrangeu outros assuntos de relevância, o que proporcionou uma experiência ímpar tanto profissional quanto pessoal para os agricultores e para a bolsista.

Com a conclusão das atividades do projeto, foram distribuídas fichas individuais para avaliação e feedback de todo o processo. Essa ficha solicitava para os agricultores participantes relatarem inicialmente três (3) pontos que mais gostaram e finalizava com quais sugestões os mesmos teriam para a melhora de todo o processo do projeto e ainda, esses relatos dos participantes das atividades no *feedback* mostraram que projeto alcançou expectativas esperadas. Os moradores destacaram a importância da iniciativa do projeto de extensão em levar conhecimentos sobre as políticas públicas para a comunidade pois, apesar de ser uma comunidade com bastante agricultores, os mesmos não sabiam da existência de tais políticas e nem como poderiam acessá-las. Alguns agricultores ressaltaram no feedback a importância do crédito rural e seus benefícios para realização e manutenção de suas atividades, dizendo que o minicurso foi para a comunidade para abrir a mente dos mesmos e informá-los que poderiam e como poderiam ter acessos às políticas e linhas de crédito.

Na avaliação realizada pelos agricultores, a maioria agradeceu a iniciativa e esforço dos realizadores do projeto, pois relataram que, apesar da proximidade com capital, muitas informações e projetos não chegam até as comunidades da reserva.

Por fim, concluímos que o projeto foi realizado com êxito diante dos objetivos propostos e foi além das expectativas,

inclusive para os realizadores, abrangendo outros assuntos além das políticas públicas, mas que são de fundamental importância e que estão diretamente ligados ao tema principal do projeto e para o sucesso dos agricultores na hora de obter os benefícios de tais políticas e subsídios para realização de suas atividades.

Este projeto servirá como referência para realização e ampliação de futuros projetos, que possam abranger ainda mais as comunidades da reserva, contribuindo assim, para a informação, capacitação dos agricultores familiares propiciando geração de renda trazendo melhorias de produção e da qualidade de vida dos mesmos através do desenvolvimento sustentável dessas comunidades levando a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Zona Leste;

À PROEX;

À Comunidade Nossa Senhora do Livramento; e

Aos docentes colaboradores e aos parceiros SEMMAS e IDAM.

REFERÊNCIAS

BECKER, BERTHA K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

BRASIL. **Política Nacional da Agricultura Familiar**: Lei n. 11.326 de 24 de junho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

GUANZIROLI, CE et al (2001): **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**.

Garamond. Rio de Janeiro.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. Fev, 2000. Site: <http://www.incra.gov.br/fao/> (18 jul. 2018).

MENEGHETTI, Gilmar Antônio e SOUZA, Sígla Regina. **A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento**. Vol. 1, n. 5. Embrapa Amazônia Ocidental, 2015.